

PROTAGONISMO DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DE AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

PROTAGONISM OF FAMILY FARMING COOPERATIVES IN BRAZIL

PROTAGONISMO DE LAS COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR EN BRASIL

Carlos Alexandre da Silva Harold¹

<https://orcid.org/0000-0001-7773-2312>

Alessandra Matte²

<https://orcid.org/0000-0002-0502-6643>

André de Moura Victorio³

<https://orcid.org/0000-0001-6556-3988>

Dayane Regina Lenz⁴

<https://orcid.org/0000-0002-5914-7782>

Submissão: 05/06/2022 / Aceito: 29/06/2022 / Publicado: 30/06/2022.

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender a história e os desafios para o cooperativismo no Brasil como meio de desenvolvimento de agricultores familiares na superação das barreiras mercadológicas. Com enfoque exploratório, o método principal consistiu na análise da literatura sobre o tema, bem como sistematização de dados secundários do cooperativismo agropecuário no país. Os dados analisados apontam aumento na proporção de associados a cooperativas agropecuárias e concentração do cooperativismo no Sul do país, mas pouco se sabe o quanto essas cooperativas têm de fato cumprido com seu papel social, assim como se há fidelidade desses novos associados. Os estudos revisitados apontam para a necessidade de mais processos de capacitação de associados e dirigentes, como também o desenvolvimento de ações sociais que permitam a construção de fidelidade.

Palavras-chave: agricultura familiar; cooperativismo; fidelidade; mercados.

ABSTRACT

¹Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PPGSIS) na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Extensionista Rural do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR Paraná). Santa Helena, Paraná, Brasil. E-mail: carlosharold@idr.pr.gov.br

²Doutora em Desenvolvimento Rural. Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PPGSIS) na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Santa Helena, Paraná, Brasil. E-mail: alessandramatte@yahoo.com.br

³Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Extensionista Rural do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR). Santa Helena, Paraná, Brasil. E-mail: amvictorio@idr.pr.gov.br

⁴Mestre em Ciência Animal. Extensionista Rural do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR Paraná). Santa Helena, Paraná, Brasil. E-mail: drlenz@idr.pr.gov.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v32i58.7087> | Edição Vol. 32, Núm. 58, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

The objective of this article is to understand the history and challenges for cooperativism in Brazil as a means of development for family farmers in overcoming market barriers. With an exploratory approach, the main method consisted of analyzing the literature on the subject, as well as systematizing secondary data on the agricultural cooperativism in the country. The data analyzed point to an increase in the proportion of members of agricultural cooperatives and the concentration of cooperativism in the South of the country, but little is known about how much these cooperatives have in fact fulfilled their social role, as well as if these new members are loyal. The studies revisited point to the need for more training processes for members and leaders, as well as the development of social actions that allow for the building of loyalty.

Keywords: family agriculture; cooperativism; loyalty; markets.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es comprender la historia y los desafíos del cooperativismo en Brasil como medio de desarrollo para que los agricultores familiares superen las barreras del mercado. Con un enfoque exploratorio, el método principal consistió en el análisis de la literatura sobre el tema, así como la sistematización de datos secundarios sobre el cooperativismo agrícola en el país. Los datos analizados muestran un aumento de la proporción de socios de las cooperativas agrarias y la concentración del cooperativismo en el sur del país, pero se sabe poco sobre el grado en que estas cooperativas han cumplido realmente su función social, así como si estos nuevos socios son fieles. Los estudios revisados apuntan a la necesidad de más procesos de formación de afiliados y dirigentes, así como al desarrollo de acciones sociales que permitan la fidelización.

Palabras clave: agricultura familiar; cooperativismo; lealtad; mercados.

INTRODUÇÃO

O aumento da população mundial, seguido do acentuado desperdício de alimentos e da necessidade de uma distribuição mais equitativa de alimentos estão entre os maiores desafios da atualidade. Uma população cada vez mais urbanizada, exigente e com diversidade de costumes, gostos e preferências desafiam cada vez mais os mercados (SCHNEIDER; CRUZ; MATTE; 2016; BÜSCHER *et al.*, 2021). Wilkinson (2008) em seu trabalho, resultante de estudos sobre mercados em diferentes contextos brasileiros, destaca que a comercialização de produtos, por parte do agricultor, vem se tornando dificultosa e limitada, se justificando especialmente sobre o crescente nível de exigências do mercado consumidor e da legislação sanitária pouco adaptada à contemporaneidade. Não basta somente o produto ser padronizado e com regularidade de oferta. O mercado busca atender a demanda por alimentos mais seguros, saudáveis, produzidos sem resquícios de exploração social ou ambiental, com rastreabilidade, certificação, uso controlado de agroquímicos (ou sem), produzidos com práticas sustentáveis, preço justo e com valorização da cultura local e regional. Isto tudo evidencia a relevância das reflexões sobre as estratégias alimentares e



os modelos de abastecimento das sociedades no século XXI (SCHNEIDER; CRUZ; MATTE; 2016).

O processo de mercantilização dos alimentos vem em constante evolução na busca pelo aumento do lucro e da redução dos custos. Contudo, este processo deixa sequelas na medida em que leva a fragilização de muitos agricultores que apresentam dificuldades de se adequarem a tais mudanças. Em geral os agricultores mais fragilizados são aqueles que carecem de meios de adaptação, seja por falta de terras, assistência técnica e extensão rural (ATER), acesso a crédito, formação e informação (CAZELLA *et al.*, 2016).

A agropecuária brasileira viveu, nos últimos 60 anos, acelerada integração econômica e um acentuado processo de expansão da produção de *commodities*, que tornaram este setor a base da economia do País. No entanto, este processo trouxe diversas consequências como problemas ambientais (desmatamento, poluição, assoreamento dos rios e mananciais, contaminação do solo), problemas sociais (êxodo rural, aumento da pobreza, estratificação da sociedade rural quanto ao acesso e incorporação de novas tecnologias e tendências, e envelhecimento da população rural) e por fim problemas de saúde pública na população em geral, com o aumento do consumo de produtos processados e ultra processados pela sociedade (MCMICHAEL, 2009).

Nesse processo houve um fortalecimento de grandes corporações, responsáveis pela logística, comercialização e distribuição dos produtos, que alterou a configuração do mercado agroalimentar (CRUZ; MATTE; SCHNEIDER, 2016). Com a indústria de alimentos e os agricultores assumindo um papel secundário e com pouco poder de negociação, e as grandes redes de varejo com toda sua estrutura logística ditando as regras, de protagonistas passam a ser coadjuvantes de impérios alimentares (WILKINSON, 2002; PLOEG, 2008). Em suma, se o produtor trabalha com *commodities* consegue acessar mercados com facilidade, a um preço fixado em bolsa diariamente. Se este mesmo agricultor trabalha com produtos diferentes (não *commodities*) o mercado tem se mostrado excludente, pois demanda organização, logística, padronização, qualidade e regularidade na oferta (WILKINSON, 2003).

Nesse contexto, as cooperativas são uma opção para intermediar as relações comerciais, e apoiar um processo inclusivo de agricultores familiares nos mercados (FRANTZ, 2012). As cooperativas são associações de pessoas que se unem, por meio de princípios democráticos, com o objetivo de suprir necessidades sociais e econômicas,

atuando como empreendimento econômico. Desde o século XIX importantes pensadores como Alexander Chayanov, Robert Owen, Prokopovich, Tugan-Baranovskii, entre outros apontam o cooperativismo com uma opção para a inclusão dos agricultores familiares neste processo de mercantilização (CHAYANOV, 2017; OLIVEIRA, 2019).

O cooperativismo como instituição jurídica e de formato coletivo pode auxiliar na formação de lotes de produtos, negociando assim maiores volumes e reduzindo custos logísticos e comerciais, criando vantagens competitivas e facilitando a inserção e a participação do agricultor na economia (ANDRADE; ALVES, 2013). Nessa direção, Amorim *et al.* (2022) apontam que, no âmbito internacional, o vínculo do produtor à cooperativa denota benefícios como o aumento da renda, garantia de integração ao mercado e a eficiência técnica ou intensificação da agricultura, que se adequam às condições econômicas, demográficas e ambientais do local.

Para isto é necessário que o cooperativismo seja eficiente na gestão dos seus recursos, supere as dificuldades das relações sociais em um ambiente de negócios, e alcance os objetivos de seu quadro de associados. Neste ponto surge a necessidade de conhecer os interesses dos associados e delimitar os objetivos da instituição de forma clara, a fim de subsidiar o planejamento de suas estratégias mercadológicas e o relacionamento com seus associados e clientes. Entender o cooperativismo é compreender que uma boa cooperativa sabe gerir bem seu quadro social e consegue atingir seus objetivos de mercado com eficiência, buscando atingir objetivos comuns, promovendo o crescimento coletivo de forma justa, sustentável, coletiva e equilibrada (OLIVEIRA, 2015).

Com base nesta introdução o objetivo deste artigo é compreender a história e os desafios para o cooperativismo no Brasil como meio de auxiliar os agricultores familiares na superação das barreiras mercadológicas. Portanto, espera-se com esse trabalho, elementos que subsidiem análise do cooperativismo agrário no Brasil na sua concepção de ser uma alternativa de superação de desafios para agricultores familiares que não são produtores de *commodities*.

A pesquisa é de caráter exploratório, de acordo com Marconi e Lakatos (2003) e Gil (2008), tem-se como objetivo compreender determinado fenômeno em um cenário amplo e heterogêneo. No caso deste artigo, se busca a compreensão dos desafios das cooperativas agropecuárias de agricultores familiares frente às mudanças nos mercados. Para este estudo foi realizada análise bibliográfica utilizando como plataforma científica de

busca o periódico Capes e Scopus, a fim de verificar as questões em torno do cooperativismo agropecuário. Como critério de seleção, foram priorizados textos em que o método compreendia pesquisas com sócios cooperados, na intenção de captar se, na visão destes agricultores, a cooperativa está atingindo seus objetivos. Nesta pesquisa, foi realizada leitura e análise de conteúdo, apresentando na sequência principais resultados e avanços que a literatura tem apontado.

COOPERATIVISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA: NOVOS CENÁRIOS

O cooperativismo surgiu no século XVIII na Europa, disseminou-se pelo mundo, e em cada contexto ganhou bases normativas específicas, em alguns casos sendo incorporados por políticas públicas, como no Brasil. Com isto o cooperativismo adaptou-se, e se metamorfoseou de várias formas, em alguns casos manteve-se fiel aos seus princípios básicos, em outros deu origem a um cooperativismo empresarial, como observado no Brasil, com boa parte das cooperativas fundadas durante o período da ditadura militar (LOCATEL; LIMA, 2018).

Neste sentido, durante a primeira metade do século XX o cooperativismo agropecuário e a agricultura convencional se polarizaram. De um lado, pequenos produtores rurais produzindo alimentos e produtos de interesse do mercado nacional, produzindo de forma tradicional, sem acesso a crédito e desacreditados por uma sociedade que via o agricultor como a face do atraso, retratado no personagem do “Jeca Tatu”. E, de outro, as grandes corporações (com cooperativas e empresas) em processo de consolidação, produzindo commodities para exportação e artigos de maior valor agregado, recebendo apoio técnico e acessando recursos com certa facilidade (COSTA; AMORIM; MARCIO, 2015).

Com a característica de trabalhar de forma igualitária com os cooperados, sejam eles com pequenas propriedades, ou produtores que possuíam extensas áreas rurais, o cooperativismo ganha força especialmente no Sul do país, onde incentivou a produção de *commodities* e reduziu a diversidade produtiva, vista como um obstáculo ao desenvolvimento econômico e social em meados de 1950 (DELGADO; BERGAMASCO, 2017). Ao longo dos anos este processo de redução da diversidade passou a ser criticado especialmente pela academia, que constatava uma descaracterização do agricultor, e uma



tendência do aumento de sua vulnerabilidade por reduzir sua liberdade na condução de seu empreendimento e com isto reduzir suas estratégias de reprodução social (ELLIS, 1998; SCHNEIDER, 2010).

No final da década de 1980 outra proposta de desenvolvimento do cooperativismo surgiu. Com a ideia de um resgate da utilização da cooperativa como ferramenta de inclusão social e produtiva, baseada nos princípios da Economia Solidária (HARVEY, 2009). Na área rural estas novas cooperativas, aqui nominadas de “cooperativas da agricultura familiar”, foram utilizadas como uma alternativa ao cooperativismo empresarial, e ao modelo de produção vigente. Pois seu foco era criar estratégias de reprodução, tendo em vista o agravamento das desigualdades sociais e o significativo desemprego estrutural na época (PITAGUARI, 2010).

Estas cooperativas criadas neste período tiveram como base os movimentos sociais e a busca por uma reorganização do campo com uma valorização das pautas sociais e agrárias (MELO; SCOPINHO, 2018). No início do século XXI as cooperativas da agricultura familiar tiveram um novo impulso com o advento de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (SAN), e do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Nessas políticas as Cooperativas da Agricultura Familiar assumiram um papel de destaque, sendo grupo prioritário na sua execução. Em 2003 criou-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em 2005, com a lei 11.116 priorizou a participação de agricultores familiares no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). E em 2009, com a Lei nº 11.947, houve a destinação de 30% dos recursos do Fundo Nacional de Alimentação Escolar (FNDE), para aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Ainda nesta questão dos apoios que as Cooperativas da Agricultura Familiar receberam nos primeiros anos do século, podemos citar de forma indireta as políticas de apoio aos Territórios (coordenado pela Casa Civil em conjunto com o MDA), o programa Terra Forte, coordenado pelo Incra, para aquelas cooperativas com presença expressiva de cooperados assentados de reforma agrária e contemplados pelo Pronaf, com a possibilidade de acesso a recursos por meio de linhas específicas para Cooperativas da Agricultura Familiar (MELO; SCOPINHO, 2018; MORAES, SCHWAB, 2019).

Todas estas políticas são frutos de um significativo incentivo a esta nova roupagem, mais social, do cooperativismo, que foi defendida principalmente pelos movimentos sociais, entre eles pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag),

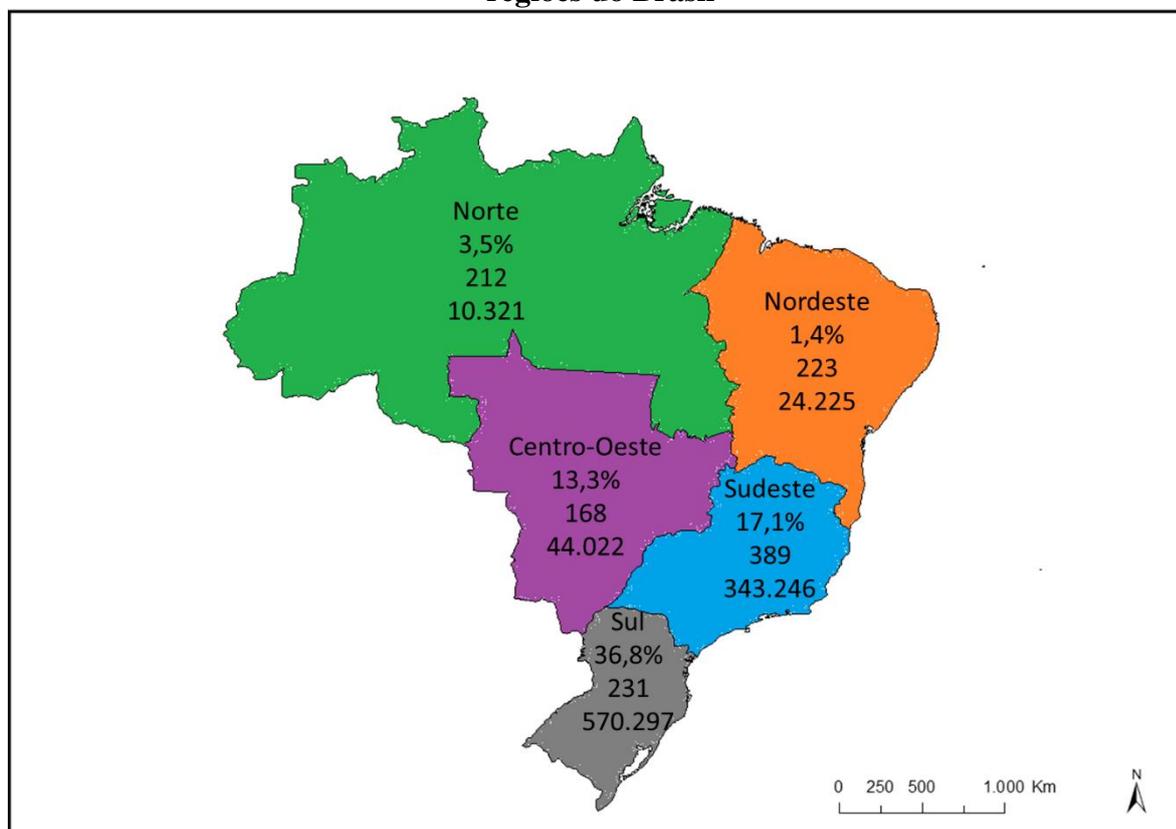


o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), dentre outros. Vale destacar também o incentivo por meio das formações realizadas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), órgão do sistema “S”, vinculado a Confederação Nacional de Agricultura (CNA) e rotulado pelos demais movimentos sociais rurais como a principal entidade que defende os direitos dos grandes produtores, e que contribui para o aumento da desigualdade e da diferenciação entre o público rural. Este movimento de fortalecimento das cooperativas da agricultura familiar culminou até mesmo em uma separação da federação que representava estas cooperativas. Antes a única federação existente no país era a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), e em 2005 houve a fundação da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes). Com a intenção de aumentar a representatividade destes segmentos.

Superadas as reflexões teóricas e conceituais, novas questões podem ser levantadas e acrescidas de informações que o Censo Agropecuário de 2017 permite inferir. As informações com relação a realidade do meio rural do Brasil permitem constatar o predomínio de estabelecimentos agropecuários em que há pelo menos um membro associado a uma cooperativa nos estados do Sul, compreendendo Rio Grande do Sul (39,3%), Paraná (34,9%), Santa Catarina (34,9%), como respectivos primeiro, segundo e terceiro estado em proporção de estabelecimentos com associação de pelo menos um indivíduo à cooperativa. Na sequência estão São Paulo (24,3%), Espírito Santo (18,3%) e Mato Grosso do Sul (16,9%). Majoritariamente, o público associado a cooperativas são agricultores familiares, com mais de 78,3% dos associados no país (IBGE, 2019). Ainda segundo os dados o Censo, no montante total, 39,3% dos estabelecimentos do país registram alguma forma de associação a cooperativas ou outras entidades de classe.

A Figura 1 ilustra a distribuição da presença de estabelecimentos agropecuários em que há associação a uma cooperativa nas regiões brasileiras e o número de cooperativas agropecuárias por região. Os dados permitem constatar que 11,4% (579.438) dos estabelecimentos agropecuários do país tem registro de algum vínculo à cooperativa, desse total, 71,2% (412.305) correspondem à estabelecimentos de agricultura familiar.

Figura 1 – Proporção de estabelecimentos agropecuários com associação a cooperativa, número de cooperativas agropecuárias e número de cooperados nas regiões do Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores com base em IBGE (2019) e OCB (2020).

Os resultados ilustram a concentração de cooperativas agropecuárias especialmente no Sul, na média de 2.468 pessoas por cooperativa, seguido do Sudeste (882), Centro-Oeste (262), Nordeste (108) e Norte (48). Ao analisar a proporção de estabelecimentos agropecuários no país, o Sul predomina para estabelecimentos com agricultura familiar e a nível total, conforme ilustrado na Tabela 1.

A maior presença de entidades cooperativistas na região sul é correlacionada por autores com as correntes migratórias ocorridas, em especial de descendentes de imigrantes europeus. Alguns estudos sugerem que a maior frequência pode estar relacionada também à quantidade de estabelecimentos considerados como agricultura familiar. As grandes cooperativas paranaenses e catarinenses tentaram replicar o modelo em outras regiões, sem o mesmo sucesso (JOHNSTON *et al*, 2020; MORAES, SCHWAB, 2019).

Tabela 1 – Proporção da distribuição de estabelecimentos agropecuários com associação a cooperativas no país e nas regiões do Brasil em 2017

| Região | Total de estabelecimentos agropecuários | | | Total de estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar | | |
|---------------|---|-------------------------------------|---|---|-------------------------------------|---|
| | Associados a cooperativas no país* | Associados a cooperativas na região | Área dos estab. agropecuários com associação a cooperativas na região | Associados a cooperativas no país* | Associados a cooperativas na região | Área dos estab. agropecuários de Agricultura Familiar com associação a cooperativas na região |
| Norte | 3,5% | 3,5% | 6,1% | 3,8% | 3,2% | 4,2% |
| Nordeste | 5,8% | 1,4% | 5,7% | 5,9% | 1,3% | 1,9% |
| Sudeste | 28,6% | 17,1% | 31,2% | 24,3% | 14,5% | 19,9% |
| Sul | 54,1% | 36,8% | 45,9% | 60,2% | 37,3% | 46,6% |
| Centro-Oeste | 8,0% | 13,3% | 21,4% | 5,9% | 10,9% | 13,3% |
| Totais | 100,0% | | | 100,0% | | |

Fonte: Elaborado pelos autores com base em IBGE (2019).

Nota: Percentuais obtidos considerando a participação de cada região no total.

Ao correlacionar os dados de 2006 e 2017, é possível observar aumento na proporção de associados a cooperativas para o Sul, Sudeste e Nordeste, se comparado a dados analisados por Neves, Castro e Freitas (2019). Norte e Centro-Oeste, por sua vez, apresentaram queda. Ao analisar os dados da agricultura familiar, fica evidente a relevância das organizações cooperativas. Assim como concluído por Neves, Castro e Freitas (2019) a partir dos dados de 2006, é possível afirmar que apesar da ampla distribuição do modelo cooperativista pelo País, isso pode não ser prova suficiente de sua viabilidade como organização e de sua influência positiva junto às comunidades nas quais se insere.

Em seu trabalho sobre cooperativismo, Chayanov (2017), em meio à revolução e à necessidade de se estabelecer um padrão para organização do espaço rural na Rússia em meados de 1918, descreveu que acreditava que o cooperativismo poderia estabelecer os objetivos do socialismo soviético na área rural. A razão para crer nisso era a própria natureza da organização, sua forma de adesão livre e o princípio básico da cooperação entre seus membros para o alcance dos objetivos comuns e comerciais. Chayanov acreditava que as pequenas propriedades ao se unirem em cooperativas, tinham a possibilidade de alcançar escala e volume comercial, permitindo a comercialização de seus produtos com condições similares encontradas em outros segmentos. Para o autor, esse processo de cooperação livre se tornaria uma importante vantagem competitiva para o segmento.

Este pensamento é a premissa da maioria das análises científicas que enxergam as cooperativas como uma excelente ferramenta de inclusão mercadológica. No entanto para



Melo e Scopinho (2018), em sua análise para o contexto de uma cooperativa de um assentamento rural no interior de São Paulo, a forma como o cooperativismo tem sido implantado em muitas ocasiões desconsidera a existência de condições objetivas e subjetivas dos socio-cooperados. As autoras constataam que a aposta é na proposta de que os dispositivos legais e a forma como é idealizada, por si só, garantem organização, sustentação política e cultural necessárias para o sucesso do empreendimento e ao alcance dos resultados almejados.

Os mercados e o acesso a esses mostram-se como importante desafio para agricultores familiares, uma vez que dificuldades na regularidade da oferta, sazonalidade da produção, entre outros aspectos impactam sobre a consolidação desses espaços. As questões que envolvem os desafios da criação de mercados perpassam pela diversidade de formas de produção e de modos de vida dos agricultores familiares, apesar de amplamente referenciadas na literatura, ainda encontram dificuldade de serem compreendidas nas relações mercantis.

ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Os incentivos à inclusão em mercados exclusivos para a agricultura familiar foram um importante propulsor para as organizações cooperativas. Em 2021, a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) estava com 700 cooperativas filiadas, com 30% destas sendo do segmento agropecuário (UNICAFES, 2019). A Unicafes reconhece ainda que existe um número indeterminado de cooperativas da agricultura familiar existentes, mas que não são associadas a federação (a qual deixou de ser obrigatória em 2017), e ainda outras, que apesar de serem representadas de forma mais específica pela UNICAFES, se mantiveram filiadas a OCB.

Um conjunto de autores analisa que o advento das cooperativas se mostra como importante ferramenta de organização social, política e econômica, como mecanismo para o desenvolvimento local (ZYLBERSZTAJN, 1994; AREF, 2011; RIBEIRO, 2012; ANDRADE; ALVES, 2013, OLIVEIRA, 2015; CHAYANOV, 2017; NEVES; CASTRO; FREITAS, 2019). As cooperativas neste sentido têm contribuído na prática, potencializando os locais em que estão inseridas, confirmando a perspectiva presente na

literatura que identifica as cooperativas como estratégias importantes para o desenvolvimento rural e local (OLIVEIRA, 2015).

Neste sentido, a literatura sinaliza o cooperativismo como uma ferramenta interessante de enfrentamento à concorrência empresarial. Entre os diversos fatores a possibilidade de por meio de práticas de cooperação atingir escala, obter isenção fiscal (ato cooperativo) que reduz custos e possibilita a montagem de lotes de venda, o acesso facilitado na comercialização via pessoas jurídicas. No entanto o desafio para os gestores é complexo. Parte do princípio da necessidade de se desenvolver, ampliando o comércio para além do mercado institucional, administrando com competência a complexidade que é equilibrar as relações comerciais de um empreendimento agroalimentar e não perder seu foco enquanto organização cooperativa, centrada no homem e não apenas no capital (ZYLBERSZTAJN, 1994).

Atualmente no Brasil, uma miscelânea de realidades pode ser encontrada nas cooperativas da agricultura familiar, algumas em situação econômica privilegiada, outras procurando formas de sobrevivência e adequação à realidade, e várias em processos de liquidação. Pode-se afirmar que as causas para estas diferentes condições estão relacionadas com a complexidade de mudanças exigidas neste novo momento vivido pelas organizações durante esta década, com o enfraquecimento do Estado, e com ele o enfraquecimento de diversas políticas públicas que ainda estavam se consolidando, às novas tecnologias, à falta de lealdade e fidelidade dos cooperados com a organização. Adicionalmente, cabe considerar a instabilidade econômica e as inconstâncias dos planos econômicos presentes por um longo período na economia brasileira (SIMIONI, *et al.*, 2009). Somam-se a isso outros grandes desafios, como: a internacionalização dos mercados, a pressão por inovação, a necessidade de desenvolvimento de diferencial nos produtos, a preservação ambiental, a segurança alimentar e mais recentemente ao desmonte e enfraquecimento das políticas de apoio à agricultura familiar, como o PAA e o biodiesel.

Costa, Amorim e Marcio (2015) em sua análise sobre as compras governamentais, feitas em 19 cooperativas da agricultura familiar de Minas Gerais em 2011, identificaram que eram comercializados ampla variedade de produtos (85 ao total naquele ano). No entanto, observou uma exacerbada dependência das organizações do mercado institucional. Na visão de seus dirigentes as questões relacionadas à assistência técnica inadequada, dificuldades de adequação sanitária, problemas de gestão e custos logísticos emperravam o

acesso a outros mercados e aos grandes centros comerciais de Minas Gerais. Outro ponto de destaque é o fato de que somente a existência dos programas não se configurava na garantia de participação nas entregas pelas cooperativas. Pois, conforme observado, elas participariam de uma concorrência entre as próprias organizações, e necessitariam internamente de processos adequados de gestão. O qual se mostrou deficiente, principalmente relacionado a uma carência na formação e capacitação dos cooperados.

O estudo realizado por Moreira *et al.* (2021), também em Minas Gerais, buscou compreender os desafios e os papéis assumidos pelas cooperativas e associações da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A pesquisa foi realizada com gestores do programa e dirigentes de cooperativas que atendiam cinco grandes municípios do Estado. O resumo dos desafios das organizações está sintetizado no Quadro 02. Os autores mostram a complexidade de se trabalhar com compras públicas e se posicionar como intermediário do produtor com o mercado. Vale ressaltar que os autores ao fim do trabalho consideram as organizações essenciais para operacionalização da política e para o fortalecimento da agricultura familiar, e demonstraram certa preocupação com o fato de que a política pública por si só, mesmo com o interesse do gestor em adquirir os produtos, não garante o sucesso das chamadas (meio como é realizada a concorrência pública). Sendo observado a necessidade de apoiar as organizações na sua gama de necessidades e carências gerenciais, econômicas, produtivas e sociais.

Quadro 1 – Principais desafios das cooperativas e associações para participar do PNAE

| DESAFIOS ORGANIZACIONAIS | DESAFIOS INSTITUCIONAIS | DESAFIOS RELACIONAIS |
|---|--|---|
| § Logística de distribuição dos produtos; | § Atrasos nos pagamentos; | § Dificuldade de interação efetiva com a Administração Pública; |
| § Fidelização dos associados; | § Adequação da dinâmica da alimentação escolar à realidade socioprodutiva local e adaptação do planejamento produtivo. | § Competição e falta de diálogo entre organizações da agricultura familiar. |
| § Gestão do empreendimento: planejamento financeiro e acesso a crédito; | | |
| § Dependência dos recursos do PNAE. | | |

Fonte: Moreira *et al.* (2021).

Nesta mesma temática, Melo e Scopinho (2018) realizaram pesquisa baseada em entrevistas com cooperados e o acompanhamento de reuniões mensais de uma cooperativa

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v32i58.7087> | Edição Vol. 32, Núm. 58, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

em Ribeirão Preto (SP). Dos 147 associados, a maioria exercia como principal fonte de renda atividades informais assalariadas. Cerca de 10% estavam presentes e integrados ao cotidiano da cooperativa. Estes mesmos eram os que mais se queixavam em relação à falta de participação dos demais. Do pequeno grupo atuante, o presidente e sua família se destacavam, mostrando relações hierarquizadas e funções de gestão acumuladas neste núcleo. O autor ressalta a forma excludente e discrepante como o cooperativismo tem sido institucionalizado, colocando o agricultor ora como passivo receptor de políticas compensatórias, ora como empreendedor de organizações.

Em outro artigo analisado, este de Wiese, Millanés e Bovo (2020), focado em dimensionar a participação de duas cooperativas da agricultura familiar na promoção do desenvolvimento local dos seus respectivos municípios observou a agricultura familiar evoluindo significativamente após a constituição destas organizações. Observou também correlação moderada a forte com relação aos indicadores socioeconômicos dos municípios e os indicadores econômico-financeiros das cooperativas, demonstrando em números forte correlação positiva das cooperativas com relação ao desenvolvimento local. Constatou-se que desde a constituição das cooperativas, em 2009, houve crescimento nos indicadores socioeconômicos e aumento na diversificação da produção dos municípios. Os agricultores entrevistados mencionaram que a cooperativa contribuiu de forma relevante para: a) o crescimento da economia local; b) a diversificação da produção; c) o fortalecimento do capital social; d) a melhoria na renda e da qualidade de vida dos cooperados; e) no resgate da identidade de agricultor familiar; f) na facilidade para a comercialização da produção, e compra de produtos; h) e no acesso as políticas públicas. Vale a pena destacar que uma das cooperativas estudadas neste trabalho foi fundada diante de um cenário de crise, ocasionada pelo declínio do café, e a necessidade de expandir mercado com o seu substituto nas propriedades, o maracujá.

Santos, Rodrigues e Medina (2017) buscaram conhecer e avaliar junto a dirigentes e cooperados de cinco cooperativas da agricultura familiar de Goiás a competitividade e o retorno em benefícios para o quadro social frente ao contexto atual do mercado competitivo. Este trabalho demonstra que em todas as cooperativas o produto principal é o leite, e trabalham os mercados institucionais de forma paralela. Os problemas observados foram semelhantes ao observado em outras cooperativas relatadas anteriormente. O diferencial é que os autores observaram que dois elementos foram fundamentais para o



melhor ou o pior resultado financeiro da cooperativa e avaliativo pelos sócios: a competitividade do empreendimento e o envolvimento social.

Analisando o conteúdo abordado a partir da revisão apresentada, e retornando ao estudo feito por Melo e Scopinho (2018), é fácil observar que o idealizado sobre o cooperativismo familiar é promissor, a sua estrutura e organização se encaixam perfeitamente na proposta de servir como uma ferramenta para redução das vulnerabilidades dos pequenos produtores, e no ajuste do equilíbrio de oportunidades no campo. No entanto, o contexto local e pessoal que se inserem os cooperados e agricultores deve ser levando em conta. E a abertura de cooperativas, que as vezes é tido como uma ação ou uma meta a ser cumprida, deve ser transformado em um processo no qual permita um nivelamento de informações, um ajuste de ideias e uma mínima formação a todos do quadro social.

Ao que salta aos olhos analisando estas duas últimas décadas de cooperativismo, mesmo de forma superficial (diante do universo de textos e artigos analisados), é que esta virada de chave política com a criação de políticas públicas de inclusão, segurança alimentar e nutricional criou conjunto de novos caminhos para o cooperativismo. Como consequência, novas regras de jogo foram postas e com isso a necessidade de entender novos mercados e processos de comercialização.

Outro aspecto a ser discutido compreende o preço pago aos produtores que participam destes programas, comumente valor de varejo, nunca recebido por este grupo. É algo positivo para a renda das famílias, mas que para as instituições cooperativas cria um desafio ao acessar outros mercados, no qual teriam que adquirir produtos dos cooperados a preços de atacado, ou abaixo disto para dar conta das custas da cooperativa. Aspecto que gera melhores retornos aos produtores, mas que, por outro lado, pode estar causando aumento da dependência.

Adicionalmente, o desafio da fidelização do sócio é uma constante nas cooperativas, o qual tem dificultado e inviabilizado a garantia de produtos e o planejamento da organização para o alcance de mercados (PIVOTO *et al.*, 2013; PIRES, 2018; WEBER; MORAES, 2019; MILANI *et al.*, 2020). Isso também foi constatado por Matte e Waquil (2021), ao analisar mercados de associações de produtores de carne ovina no Rio Grande do Sul, em que o uso de mais de um canal de comercialização para venda de seus produtos representa uma estratégia para evitar incertezas e riscos de mercado.

Deve-se analisar se na visão do cooperado a razão desta infidelidade é somente uma estratégia de proteção, ou se ao ver do associado a cooperativa deixou de cumprir os anseios do seu quadro social, assumindo somente um papel de atravessador de produtos. Realizando um papel de fato de intermediário, mas na visão do produtor levando grande vantagem sobre sua produção e não trazendo outros benefícios. O cooperado tendo a cooperativa como uma opção sobressalente, não deixa de ser sócio, mas não se envolve com afinco.

Os seus meios de vida não são somente seus produtos, mas todo um conjunto de capacidades que desenvolve a fim de manter suas estratégias de reprodução social, somando a renda obtida pela venda de produtos, a venda de mão de obra com as atividades que o grupo familiar possui para sobreviver (ELLIS, 2000; MATTE; WAQUIL, 2013). Esta diversificação tanto de canais de comercialização, quanto de trabalhos informais é positiva pensando do ponto de vista do agricultor, visto que permite diferentes fontes de renda (ESCHER *et al.*, 2014; VILLWOCK; DIETZE; PERONDI, 2015).

No entanto para a cooperativa, a sua necessidade de visão empresarial causa certa frustração ao ver que existe uma cobrança por parte dos associados em cima das expectativas comerciais da cooperativa. Contudo, não há contrapartida para que a cooperativa possa realizar esta mesma cobrança por produtos (fidelização) ou frequência no dia a dia da cooperativa junto a seu quadro social, e quando o fazem, causam um desgaste e um afastamento ainda maior do associado. Conforme citado por Santos, Rodrigues e Medina (2017), a contratação de um gestor capacitado para que se encarregue destas funções pode ser uma saída. Terá custo elevado, e muitas vezes inacessível a uma cooperativa recém-fundada, no entanto na análise realizada por eles, entre as cooperativas que tiveram melhores resultados comerciais foram as geridas por profissionais nesta situação que se sobressaíram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos revisitados apontam para a necessidade de mais processos de capacitação dos associados, como também o desenvolvimento de ações sociais que permitam a construção de fidelidade, um dos principais desafios das cooperativas agropecuárias do país na contemporaneidade. Para contornar o primeiro desafio, realizar

formação de dirigentes representa um meio para melhorar esse cenário, de forma que tenham conhecimento necessário para tomar decisões mais assertivas.

Entre as ações sociais, há necessidade de desenvolvimento de processos inclusivos que mostrem não somente a necessidade da cooperativa para o cooperado, mas a importância deste cooperado para a viabilidade da cooperativa. Para as instituições públicas fica o alerta de que problemas com atrasos de pagamentos e períodos não aquisitivos (no caso das férias das escolas e do intervalo entre as chamadas públicas) ocasionam adversidade muito além da relação da instituição com a cooperativa, afetando diretamente a vida do produtor e de sua família. Em longo prazo, pode ocasionar inconsistências nas entregas futuras, visto que o produtor pode priorizar aqueles mercados frequentes, em detrimento aqueles que por alguma eventualidade afetaram de forma negativa seu meio de vida.

Adicionalmente, os dados analisados apontam para aumento na proporção de associados a cooperativas agropecuárias e concentração do cooperativismo no Sul do país, mas pouco se sabe o quanto essas cooperativas têm de fato cumprido com seu papel social e sobre a fidelidade de novos associados. A conclusão a que se chega ao fim deste trabalho é que o cooperativismo tem capacidade de auxiliar de forma relevante os agricultores na inserção aos mercados. É importante que desde a fundação de novas organizações tenha-se clara a necessidade de respeitar o tempo de assimilação dos sócios, e de ter um plano estruturado de viabilidade econômica. Afinal, toda cooperativa é criada com interesses econômicos e se estes não são atingidos, dificilmente o quadro social se manterá ativo e presente.

REFERÊNCIAS

AMORIM, G.S. *et al.* A participação de produtores rurais nas cooperativas agropecuárias em países com diferentes níveis de desenvolvimento. **Revista Grifos**, Chapecó, SC, v. 31 n. 56, 2022.

ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **Revista de Administração IMED**, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013.

AREF, F. Agricultural cooperatives for agricultural development in Iran. **Life Science Journal**, v. 8, n. 1, p. 82-85, 2011.

BÜSCHER, B. *et al.* Planning for a world beyond COVID-19: Five pillars for post-neoliberal development. **World Development**, v. 140, Apr. 2021.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v32i58.7087> | Edição Vol. 32, Núm. 58, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

CAZELLA, A. A. *et al.* Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 49-79, 2016.

CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas**. Revisão e tradução de Regina Vargas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

COSTA, B. A. L., AMORIM, P. C. G. S., M. G. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural [online]**. 2015, v. 53, n. 1, pp. 109-126. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301006>, Acesso em: 20 jan. 2022.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), v. 470, 2017.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of Development Studies**, Londres, v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.

ESCHER, F.; SCHNEIDER, S.; SCARTON, L.M.; CONTERATO, M.A. Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p. 643-668, 2014.

FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí/RS: Ed. Unijuí. 2012

FRIEDMANN, H. World Market, State and Family Farm: social bases of household production in the era of wage labour. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v.20, n.4, p.545-586, 1978.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: http://ccvap.futuro.usp.br/noticiasfiles/15.04.2015_%20RicardoSaito_Resenha_Metodologia.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2022.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

JOHNSTON, F. A.; SANTANA, A. S; SANTOS, G. R. Produção agropecuária e cooperativismo na região Sul do Brasil: destaques dos dados do censo agropecuário de 2017. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n.23, p.135-147, 2020.

LOCATEL, C. D.; LIMA, L. de C. Do cooperativismo à economia solidária: normatização e dinâmica econômica no campo brasileiro. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 15., Barcelona, **Anais...** Barcelona: CIG, p. 7-12, 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.



MATTE, A.; WAQUIL, P.D. Changes in markets for lamb in livestock family farming in Brazil. **Small Ruminant Research**, v. 205, December 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.smallrumres.2021.106535>

MATTE, A.; WAQUIL, P.D. Vulnerabilidade social e a construção de estratégias de enfrentamento e adaptação para pecuaristas de corte no Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, PR, v. 28, p. 107-125, jul./dez. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v28i0>

McMICHAEL, P. A food regime genealogy. **Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150902820354>

MELO, T. G.; SCOPINHO, R. A. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Sociedade e Estado [online]**, v. 33, n. 1, p. 61-84, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-699220183301003>. Acesso em: 23 de maio 2022.

MILANI, R. *et al.* Problemas de governança em cooperativas de produtores de leite no Estado do RS. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC**, Santa Maria, RS, v. 7, Edição Especial, 2020. DOI: [10.5902/2359043240852](https://doi.org/10.5902/2359043240852)

MORAES, J. L. A.; SCHWAB, P. I. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. **Estudos do CEPE**, v. 49, P. 67-79, 2019. Doi: <https://doi.org/10.17058/cepe.v0i49.13679>

MOREIRA, I. R. J. *et al.* Papéis e desafios das cooperativas da agricultura familiar no processo de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em cidades de Minas Gerais, Brasil. **Espacio abierto: cuaderno venezolano de sociología**, v. 30, n. 3, p. 196-227, 2021.

NEVES, M.C.R.; CASTRO, L.S.; FREITAS, C.O. O impacto das cooperativas na produção agropecuária brasileira: uma análise econométrica espacial. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 57, n. 4, Oct-Dec 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.187145>

OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de Gestão das Cooperativas: Uma Abordagem Prática**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, F.S.S. **A construção de mercados para a agricultura familiar no estado do RN: analisando a Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária - CECAFES/RN, no período de 2017 a 2019**. 2019. 120f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. **Publicações**. 2018. Brasília. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/publicacoes>. Acesso em 17 jan. 2022.

PIRES, M.L.L.S. Velhas Alianças e Novos Compromissos: Extensão Rural e Cooperativismo Agrícola no Brasil. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 7, n. 1, 2018. DOI: <https://doi.org/10.36363/rever712018118-140>

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v32i58.7087> | Edição Vol. 32, Núm. 58, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

PITAGUARI, S. O. **Economia Solidária no Brasil**: políticas públicas e desenvolvimento local. Dissertação (Mestrado em Economia Regional). Programa de Pós-Graduação em Economia Regional, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

PIVOTO, D. *et al.* O problema do carona nas cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul. **Revista Política Agrícola**, v. 22, n. 4, out./dez. 2013

PLOEG, J. D.V. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

RIBEIRO, P. C. C. Logística na indústria de laticínios: dois estudos de caso em cooperativas. **Revista Cadernos em Debate**, Campinas, v. 7, p. 45-64. 1999.

SANTOS, M. P.; RODRIGUES, J.; MEDINA, G. Cooperativismo em Goiás: como equalizar competitividade e solidariedade?. **Interações**, Campo Grande, v. 18, p. 31-42, 2017.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Brazilian Journal of Political Economy**, 2010, 30.3: 511-531.

SCHNEIDER, S.; CRUZ, F. T.; MATTE, A. Estratégias alimentares e de abastecimento: desafios e oportunidades para as cidades e para o meio rural. In: CRUZ, F.T.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos**: desafios e novas estratégias. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS (Série Estudos Rurais), 2016. p. 9-22.

SIMIONI, F. J. *et al.* Lealdade e oportunismo nas cooperativas: desafios e mudanças na gestão. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 47, p. 739-765, 2009.

UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA – UNICAFES. **Institucional**. Brasília, 2019. Brasília. Disponível em: < <https://www.unicafes.org.br/home>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

VILLWOCK, A. P. S.; DIETZE, G.; PERONDI, M. A. Variáveis que influenciam na pluriatividade dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste - PR. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, p. 239-252, 2015.

WEBER, E.; MORAES, M.L. Lealdade e oportunismo nas cooperativas agroindustriais: uma análise sobre os desafios na gestão de uma cooperativa em Itapejara d'Oeste/PR. **Perspectiva Econômica**, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.4013/pe.v15i2.13881>

WIESE, A. F.; MILLANÉS, O. A. G.; BOVO, M. C. As cooperativas de agricultura familiar e o desenvolvimento local: um estudo em dois municípios do Paraná. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 15, n. 3, p. 153-176, 2020.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. **Estudos sociedade e agricultura**, 2003.



WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WILKINSON, J. Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2002.

ZYLBERSZTAJN, D. Organização de cooperativas: desafios e tendências. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 23-32, jul./set. 1994.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v32i58.7087> | Edição Vol. 32, Núm. 58, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.